

Notícias - [Educação](#)

Câmara pode votar o Sistema Nacional de Educação até o fim do ano

Terça, 04 de agosto de 2015.



A discussão sobre o Sistema Nacional de Educação deve ganhar força neste segundo semestre na Câmara dos Deputados. O sistema está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) e deve estabelecer um padrão de qualidade de ensino em todo o país, devendo ser instituído no prazo de dois anos.

O objetivo é a definição de uma base nacional comum, com a composição de um currículo nacional, de processos de avaliação educacional e da formação dos profissionais da educação. Em uma reunião voltada para discutir políticas públicas em Educação, realizada na segunda-feira, 3 de agosto, a deputada Dorinha Seabra (DEM – TO) confirmou que a Câmara pretende votar o Sistema Nacional de Educação até o final de 2015.

A parlamentar é vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação e Implementação do Plano Nacional de Educação. Quem quiser contribuir com a discussão sobre a Base Nacional Comum pode acessar a plataforma que o Ministério da Educação desenvolveu para o conhecimento e aprimoramento do tema. Clique [aqui](#) para conhecer a ferramenta.

Agência CNM, com informações da Agência Brasil

Notícias - [Educação](#)

Conselho Nacional de Educação diz que cortes no Orçamento devem atrasar implementação do PNE

Terça, 04 de agosto de 2015.



A implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) pode atrasar por conta dos bloqueios de recursos no Orçamento para o setor, diz o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Gilberto Garcia. Para ele, não haverá resultados negativos, mas atraso em tornar o PNE uma realidade.

"Não temos ainda um cálculo do que possa representar esses atuais cortes no desenvolvimento da educação, mas eu acho que um retardo, sim." A afirmação foi feita durante reunião do CNE, em Maceió (AL).

Com o primeiro e o mais recente corte deste ano, a Educação perdeu R\$ 10,6 bilhões. "Se temos uma previsão legal e, no meio do caminho, ela tem que ser repensada, tem que ter um esforço muito grande compensatório", explicou Garcia.

Metas

O PNE estabelece metas e estratégias para melhorar desde a creche até a pós-graduação. O plano

estabelece que em dez anos, o Brasil invista pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB), por ano, na área.

Ligado ao Ministério da Educação (MEC), o CNE tem como objetivo institucional elaborar atos normativos (súmulas, pareceres e resoluções) que regulamentam leis e políticas públicas educacionais. Ele é formado por 22 conselheiros nomeados pela Presidência da República, indicados por sociedades científicas e instituições ligadas ao ensino e à pesquisa.

Notícias - [Educação](#)

[Sociedade pode apresentar pela internet sugestões para melhorar a Educação Básica](#)

Segunda, 03 de agosto de 2015.



Estudantes, professores e especialistas podem apresentar pela internet sugestões que contribuam para melhorar a qualidade da educação brasileira. Na última quinta-feira, 30 de julho, foi lançado o portal da Base Nacional Comum, um espaço virtual de participação para agregar ações e informações e permitir a interação entre os interessados em elaborar um documento de referência para Educação Básica no país.

O portal é uma ferramenta para a construção democrática, com ampla consulta à sociedade, da Base Nacional Comum Curricular. As contribuições podem ser individuais ou coletivas, sejam originárias das redes de ensino ou de movimentos e organizações da sociedade civil. As colaborações podem ter caráter geral ou tratar pontualmente de cada tema.

Para participar da apresentação de propostas, basta fazer um cadastramento simples no portal. Para cadastros individuais, professores e estudantes devem preencher dados como nome, CPF, cidade e estado. Para os de redes de ensino e organizações da sociedade, além dos dados das instituições, é necessário indicar um responsável.

Material de apoio disponível

Os interessados em contribuir com propostas poderão obter no portal informações sobre a Base Nacional Comum, sobre a legislação pertinente ao tema e sobre as bases curriculares vigentes nas 27 unidades federativas. Os internautas também terão acesso a uma biblioteca virtual, que reúne os documentos teóricos que fundamentam a discussão.

Outros materiais que os visitantes podem acessar são vídeos de autoridades, especialistas, professores e estudantes que apresentam o tema. Além disso, em breve, o portal vai disponibilizar a proposta preliminar da base curricular. A Base Nacional Comum Curricular está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) para 2014-2023, aprovado em 2014 pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República.

Clique [aqui](#) para acessar a página da Base Nacional Comum na internet

Portal recebe sugestões sobre o ensino básico

Sexta, 31 de julho de 2015.



Foi lançado nesta quinta-feira, 30 de julho, o site da Base Nacional Comum Curricular (BNC). Ela é uma plataforma ampla para receber sugestões de organizações, redes de ensino e da sociedade em geral para a definição do que os alunos do ensino básico devem aprender ano a ano. No dia 15 de setembro, será divulgada oficialmente a proposta preliminar para, a partir dela, coletar sugestões até o dia 15 de dezembro.

A BNC vai dar a maior transparência possível sobre os conhecimentos que todos os estudantes devem ter, da creche ao ensino médio, detalhando o que devem aprender. O site reúne documentos teóricos, vídeos com especialistas e autoridades. É possível também ter acesso ao currículo adotado em cada Estado e no Distrito Federal.

"Sem a base fica difícil rever a formação de professores, fica difícil, para não dizer impossível, pensar no material didático", diz o ministro da Educação (MEC), Renato Janine Ribeiro. A conclusão da BNC é esperada até março do ano que vem. Logo em seguida ela será enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

O portal já está no ar. O MEC entrará em contato com as organizações para que façam o cadastro no site e participem da elaboração da base. A partir da divulgação da proposta preliminar, o portal estará aberto para as contribuições.

A recomendação é que as redes de ensino, os movimentos sociais, entidades classistas e demais grupos enviem propostas já organizadas, que os represente. Já as contribuições individuais serão consolidadas pelo MEC. O site permite que os colaboradores enviem arquivos e que professores compartilhem, por exemplo, aplicações em sala de aula do que estão defendendo para a BNC.

A definição de uma base comum curricular é uma das estratégias que constam no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado no ano passado. O PNE estabelece metas e estratégias para os próximos dez anos, de modo a melhorar a educação.

Um grupo de 116 especialistas debate no MEC a versão preliminar da BNC, que será colocada para consulta. Depois de consolidada, a proposta da base será enviada ao CNE para avaliação. Depois disso, retorna ao ministério para ser homologada. O prazo para que seja enviada ao CNE é junho de 2016.

Acesse [aqui](#) o site do BNC.

Da Agência CNM, com informação da Agência Brasil